



VILAREALSTºANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 15/Quadriénio 2017-2021

Ao quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, como Primeiro Secretário, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, como Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **António José Cardoso Gomes**, **José Estêvão Correia da Cruz**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**, **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vilma Sara Flores Dourado**, **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**, **Vasco Ricardo Salas Vasques**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Sónia Isabel Pereira Vasques**, **Armando José Parra da Silva**, **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, **António Manuel Centeno Barroso**, **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, **Igor Miguel Gonçalves Madeira**, **Cláudia Sofia Faria Justo Serra** e **Luís Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme Edital de 27 de junho de dois mil e dezanove reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada da CDU **Gabriela Alexandra Gonçalves** foi substituída por **Vasco Ricardo Salas Vasques**, na bancada do PSD **João Manuel Lopes Rodrigues** foi substituído por **António José Cardoso Gomes**, **Miguel Moreira da Costa** por **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vera Lúcia Romão Corvo** por **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa** por **António Manuel Centeno Barroso**, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** por **Igor Miguel Gonçalves Madeira** e **Ricardo Catarino Serrano dos Reis** por **Cláudia Sofia Faria Justo Serra**, e na bancada do PS **João Carlos Calvinho Lopes Viegas** foi substituído por **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**. ----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos da **Ordem do Dia**; ---

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;-----
2. REGULAMENTO GERAL DE TRÂNSITO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;-----
3. RESULTADO DA REABERTURA DE CONTAS DA VRSA, SGU DOS EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 e 2018;-----
4. DISSOLUÇÃO COM ENTRADA EM LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DA VRSA, SGU EM, SA., E APROVAÇÃO DO PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO.-

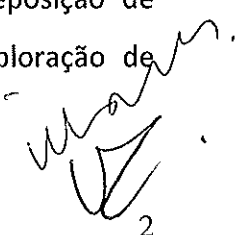
**1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; -----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão foi enviada por mail aos líderes de cada uma das bancadas, nomeadamente, do Grupo Parlamentar do PCP o Projeto de Lei – financiamento do PART, da Assembleia Municipal de Lagoa o Voto de Congratulação - Conclusões do VII Encontro de Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve; e da ANAM a nota informativa sobre o papel das Assembleias Municipais na Promoção e Defesa da Transparência do poder Local.-----

Foram distribuídos pelas bancadas os documentos “Análise e eventual correção às contas dos exercícios de 2016, 2017 e 2018”, bem como os Relatórios de Gestão e Contas desses mesmos exercícios e a Ata n.º 67 da VRSA SGU que integram a proposta RESULTADO DA REABERTURA DE CONTAS DA VRSA, SGU DOS EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 E 2018. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que as moções aprovadas na última sessão da Assembleia Municipal foram enviadas às entidades constantes no texto das moções.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prestou esclarecimentos a propósito da questão formulada pela deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** na anterior sessão relativamente a uma publicação constante do Diário da República que, supostamente, não tinha vindo à Assembleia Municipal. Assim, informou que, solicitada informação sobre o assunto aos serviços jurídicos, se confirma que o processo tinha sido aprovado em Assembleia Municipal, nomeadamente na Sessão Ordinária de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, no ponto com o título “Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Trânsito no concelho de Vila Real de Santo António”, sob a designação genérica de “Acordo de Reposição de Equilíbrio Económico-Financeiro do Contrato de Concessão de Gestão e Exploração de



Serviços Públicos de Estacionamento tarifados”, a qual incluía três pontos: a) Minuta do acordo de Reposição de Equilíbrio Económico-Financeiro relativo ao Contrato de Concessão de Gestão e Exploração de Serviços Públicos de Estacionamento Tarifados; b) Aditamento ao Contrato de Concessão de Gestão e Exploração de Serviços Públicos de Estacionamento Tarifados; c) Alteração do Regulamento Geral Trânsito no concelho de Vila Real de Santo António e das Plantas que constituem os seus anexos um e dois. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou, acrescidamente, que a proposta fora aprovada em Reunião de Câmara e, posteriormente, em Assembleia Municipal. O processo seguiria então para aprovação do Tribunal de Contas e teve publicação no Diário da República no dia dois de maio de dois mil e dezanove. Entretanto, e após consulta pública durante trinta dias e consequente ponderação dos resultados, a Câmara Municipal remeteu de novo o processo à Assembleia Municipal com vista à sua apreciação e votação final, constando nomeadamente do ponto dois. Informou também o deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** sobre a situação atual dos requerimentos que aguardam resposta da Câmara Municipal.-----

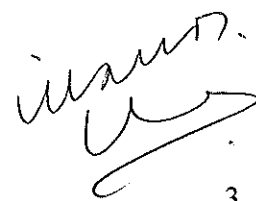
## **2. REGULAMENTO GERAL DE TRÂNSITO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra dos Vereadores **António Murta, Célia Paz e Álvaro Leal**, em reunião de Câmara de um de julho de dois mil e dezanove, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma.-----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** propôs que este ponto fosse retirado alegando que o mesmo não tinha percorrido os trâmites previstos e estabelecidos no Código de Procedimento Administrativo.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** repetiu os esclarecimentos anteriormente prestados sobre o assunto, informando mais uma vez que, face ao incidente levantado pela deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques**, solicitara informação jurídica, a qual confirmara o entendimento expresso. -----

O deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** lamentou que os pontos em discussão na Assembleia Municipal não fossem publicados no site da autarquia simultaneamente à afixação do respetivo Edital. -----



O deputado **Paulo César dos Santos Sousa** lembrou que o regulamento de trânsito referido tinha estado em consulta pública durante um mês, não compreendendo o incidente levantado sobre o assunto. -----

O deputado **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** interveio para criticar todo o processo relativo ao estacionamento pago em Monte Gordo. -----

O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** requereu à Mesa que lhe fosse enviada cópia do parecer do tribunal de Contas relativo ao assunto em debate. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

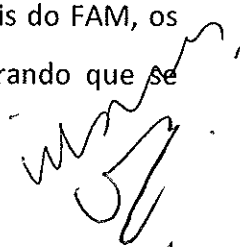
A bancada do **PS** apresentou a seguinte declaração, solicitando que a mesma constasse da Ata e da Minuta da Ata: *"No entender da bancada do Partido Socialista este procedimento está ferido de ilegalidade, não percorreu os trâmites legais na lei, nomeadamente o artigo 99 do Código do Processo Administrativo e o que foi aprovado nesta sessão do dia 28.03.2019 foi a Minuta do Acordo de Reposição ao Equilíbrio Económico-Financeiro do Contrato de Concessão de Gestão e Exploração do serviço público de estacionamento tarifado"*.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou, do mesmo modo, que constasse da Minuta de Ata e da Ata a seguinte declaração: *"Trago este ponto a votação na convicção absoluta de que respeita todos os procedimentos legais"*.-----

### **3. RESULTADO DA REABERTURA DE CONTAS DA VRSA, SGU DOS EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 E 2018;**-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra dos Vereadores **António Murta**, **Célia Paz** e **Álvaro Leal**, em reunião de Câmara de um de julho de dois mil e dezanove, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma, fazendo notar que esta proposta vinha à Assembleia Municipal apenas para conhecimento e não para deliberação.-----

Colocada a proposta a discussão, o deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** criticou todo o procedimento associado à reabertura de contas, considerando ter havido manipulação e falsificação das mesmas, e que isso só podia ter acontecido com a complacência dos auditores de contas da SGU e da Câmara e dos responsáveis do FAM, os quais esconderam informação dos deputados municipais. Concluiu, considerando que se



estava a vender a ideia de que tudo estava a ser feito para salvar os postos de trabalho, o que não era verdade, pois o que estava a ser feito era apenas para esconder a incompetência da gestão que o PSD tinha feito no município e nas empresas municipais.-----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** manifestou o seu desagrado por na sessão da Assembleia de vinte e cinco de junho do ano corrente as questões levantadas sobre a SGU não terem tido resposta. Referiu, igualmente, que tinha pedido a entrega de um memorando do FAM com uma reflexão sobre o futuro da SGU, o que foi negado. Finalmente, apresentou o certificado de revisão de contas do Revisor e pediu que ficasse anexo à Ata como prova dos ênfases e das reservas de dois mil e quinze.-----

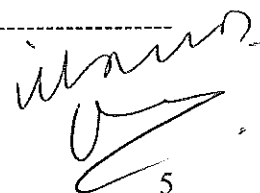
O deputado **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** manifestou a opinião de que seria de todo o interesse ouvir o anterior presidente da Câmara Municipal sobre o assunto, propondo que fosse chamado a uma próxima Assembleia Municipal.-----

O deputado **José Estêvão Correia da Cruz** disse que tinha consultado as Atas de dois mil e dezassete, em que se tinham apreciado as contas de dois mil e dezasseis, e nessa altura, chamara a atenção para uma transferência feita para a SGU, que considerava irregular, tendo-lhe sido respondido que era necessária para a viabilização do Complexo Desportivo Municipal. Realçou ainda o facto de a dívida dos vinte milhões de euros que existia às Águas do Algarve não estar registada nas contas da SGU. Se a água tinha sido fornecida, e se havia um diferendo de um vírgula oitenta e sete milhões, no passivo devia estar vinte milhões e no ativo um vírgula oitenta e sete, que era assim que se fazia em contabilidade. Reiterou o entendimento de que a Câmara estava mal auditada, considerando indispensável a realização de uma auditoria séria, não com o objetivo de caça-fantasmas, mas para se saber concretamente aquilo que era a situação financeira do Município.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** referiu-se aos investimentos importantes que foram realizados nos últimos anos, lembrando que era fácil falar apenas das coisas que falharam. -----

O deputado **Paulo César dos Santos Sousa** lembrou que se este ponto estava em discussão, isso se devia aos eleitos do PSD, numa prova de que se desejava transparência e esclarecimento.-----

O deputado **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** criticou o modo como algumas obras foram realizadas no concelho, dando o exemplo do saneamento básico em Monte Gordo, onde muitas ruas foram abertas a quatro metros de profundidade para se instalar apenas tubos de esgoto, não se tendo substituído os tubos antigos. -----



O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** pediu a palavra para esclarecer que havia uma proposta alternativa, rejeitada pelo **PSD**, no sentido de se realizar uma auditoria à aprovação das contas. Afirmando compreender que dificilmente seria aceite pelo **PSD** que esta discussão se fizesse sobre a base de uma auditoria, em vez de uma alteração de contas, referiu que o que se pretendia não era mais do que avançar rapidamente para o encerramento da **SGU**. Concluiu realçando as competências da Assembleia Municipal neste processo, cuja legitimidade para avaliar e decidir não podia ser posta em causa. -----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques**, considerando que as contas da **SGU** tinham sido objeto de deliberação ao longo de todos os anos e que agora se estava perante uma reabertura de contas, perguntou qual iria ser o procedimento no futuro em termos de tramitação na Assembleia Municipal.-----

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas, começando por referir que se estava em presença de toda a documentação legalmente exigida para análise e discussão. Referindo-se aos resultados da **SGU**, e aludindo à legislação que enquadra a dissolução das Empresas Municipais após três anos de resultados negativos, declarou que os de dois mil e quinze tinham sido negativos e que isso não tinha implicações concretas no momento. Referiu que o que vinha a aprovação da Assembleia eram as contas da Câmara, e que somente quando se tratava das contas consolidadas é que vinham, para conhecimento, as contas da **SGU**. Nas contas consolidadas vinha tudo junto, eliminando as transações de movimentos, como era do conhecimento de todos. Quanto à tramitação futura, desenvolver-se-ia exatamente como se tinha vindo a desenvolver até ao momento. Recordou que o **FAM** era uma entidade idónea, que estava a monitorizar vários municípios e todos os órgãos e, neste momento, estava a colaborar na resolução dos problemas por que passava o Município.-----

#### 4. DISSOLUÇÃO COM ENTRADA EM LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DA **VRSA**, **SGU** EM, **SA.**, E APROVAÇÃO DO PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO.-----

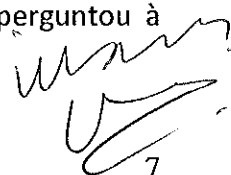
O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra dos **Vereadores António Murta e Célia Paz** e a abstenção do **Vereador Álvaro Leal**, em reunião de Câmara de um de julho de dois mil e dezanove.-----



O deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** disse que o PS lamentava que na sessão da Assembleia Municipal de vinte e cinco de Junho do ano corrente a Presidente da Câmara Municipal tivesse dito que a situação da SGU e a questão da internalização dos trabalhadores estava em análise e pouco tempo depois, menos de vinte e quatro horas, tivesse havido uma sessão de Câmara com um ponto “dissolução com entrada em liquidação e internalização da VRSA, SGU EM, SA., e aprovação do plano de internalização das atividades do município”. Assim questionava a Presidente da Câmara sobre os motivos que a levaram a não informar devidamente a Assembleia sobre o assunto.-----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** fez notar que em dois mil e dezassete a SGU contava com 130 colaboradores, e em dois mil e dezoito com 145. Frisou que já eram anos em que se estava mal do ponto de vista financeiro, tendo a SGU aumentado os quadros em quinze colaboradores, sendo todos eles efetivos. Considerando não ser possível assumir o compromisso de internalizar as atividades da SGU sem se ter uma ordem de valores do que isso representaria para a autarquia, perguntou como se poderia deliberar e que confiança se poderia ter no final do ano para aprovar um orçamento a nível do Tribunal de Contas e das Finanças de modo a poder viabilizar os vencimentos das pessoas a internalizar.-----

O deputado **Ricardo José Madeira Cipriano** fez um breve enquadramento das empresas municipais e recordou que, em dois mil e sete, o PS tinha votado contra a sua criação. Lembrou que a Sociedade de Reabilitação Urbana já tinha sido extinta e tinha ficado apenas a Sociedade de Gestão Urbana, que era a que estava em questão neste ponto. Explicou que o PS tinha votado contra a sua criação porque percebeu, desde o início, que o propósito da sua criação era diferente do seu objeto social e o seu funcionamento permitia um fácil acesso ao crédito e contratação de pessoal sem concurso. Recordou que durante muito tempo as contas da SGU não foram disponibilizadas à Assembleia Municipal e que o PS sempre tinha alertado para as implicações orçamentais da contratação de pessoal de forma avassaladora, não havendo empresa, pública ou privada, que pudesse continuar com este tipo de funcionamento. Disse que o PS iria votar contra esta dissolução, e não era contra a dissolução em si, mas era de forma a responsabilizar politicamente quem era responsável por esta forma de gestão, nomeadamente os executivos do PSD e a bancada do PSD. Referindo-se à questão da cedência de pessoal, ocorrente no processo de internalização, em que haveria trabalhadores em cedência e trabalhadores da Câmara Municipal a desempenhar as mesmas funções e com vencimentos e regalias diferentes, perguntou à

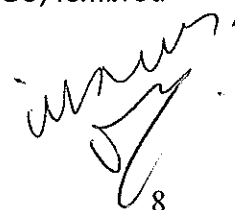


Presidente da Câmara se toda a informação, com a devida clarificação, tinha sido passada aos funcionários da SGU porque isso era importante para a vida das pessoas.-----

O deputado **José Estêvão Correia da Cruz** anunciou que, na proposta que estava presente, a CDU iria abster-se e apresentar uma declaração de voto, considerando bom que a SGU fosse extinta, e realçou as fraquezas do ponto de vista processual, nomeadamente na forma como foi decidido o encerramento da SGU, e na forma como as contas foram analisadas e reiterou a ideia de que queimar prazos e etapas não parecia ser a forma mais correta de extinguir a SGU. Disse que, por outro lado, e de quanto ressaltava da análise das contas, o Município teria de enfrentar nos anos vindouros uma dívida de mais de cem milhões de euros que tinham de ser pedidos emprestados, originando juros e serviço de dívida que seriam causa de sofrimento dos próprios autarcas, da população e de quem visitasse o concelho. No que se refere aos trabalhadores, realçou que na maior parte dos casos a reclassificação das funções resultariam num abaixamento de categoria e, consequentemente, de salário, o que preocupava a CDU. -----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** recordou os tempos de executivos camarários do PS em que as respostas da Câmara Municipal à Assembleia eram escassas, estranhando que agora se faça referência à falta de documentos. Recordou que a empresa municipal SGU não era a única a fechar no país e que em diversos concelhos do Algarve e do país já muitas empresas municipais tinham fechado, que o mentor das empresas tinha sido o PS de José Sócrates e que tinham cumprido missões específicas, possibilitando as devidas respostas a um conjunto vasto de problemas. -----

O deputado **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** recordou que a SGU tinha sido criada em dois mil e sete e que um ano depois, em dois mil e oito, tinha surgido a crise económica de que ainda se sentem os efeitos a nível nacional e mundial, referindo que muitas empresas municipais, em vários concelhos, tinham sido excelentes veículos de promoção de obras e melhoramentos e realçou que a SGU, ao longo destes anos, ajudou muitas famílias e sectores da sociedade, insistindo na ideia de que a Assembleia Municipal era um órgão eminentemente político, manifestando o entendimento de que a maior parte dos deputados não têm conhecimentos nem condições para estudar aprofundadamente os relatórios de contas, e que o que está em causa na assembleia Municipal é, essencialmente, a discussão de opções políticas e opções estratégicas. Quanto à dissolução da SGU, lembrou



8



que o projeto de internalização não tinha sido feito em vinte e quatro horas, mas sim de um modo ponderado e amadurecido.-----

O deputado **Ricardo José Madeira Cipriano** fez referências ao historial das empresas municipais e dos exemplos que tinham sido dados de empresas municipais que tinham fechado, mas frisou que também havia empresas municipais que estavam abertas e que eram exemplos de sucesso, que até eram mais antigas que a SGU, e deu como exemplo a empresa municipal da Câmara Municipal de Tavira. Disse que ainda bem que se estava a tratar de um processo de internalização e não de um processo de insolvência, porque se fosse um processo de insolvência não se teria Casa da Câmara, direito de superfície do estádio do Complexo Desportivo, etc, e que essas opções que puseram em risco bens do concelho, não eram da responsabilidade do PS. -----

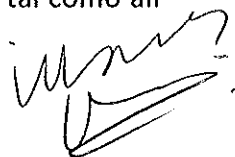
O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** lamentou que todo o processo tivesse ocorrido sem o envolvimento das restantes forças políticas da Assembleia Municipal, e que esse envolvimento teria possibilitado opções muito mais favoráveis aos interesses do concelho, em vez de decisões que rejeitam sempre as posições da oposição. -----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** afirmou que algo lhe dizia que dentro de dias se estaria a discutir a revisão ao PAM, mas que até agora nada se disse sobre o assunto. Lembrou os agravamentos profundos que estavam a incidir sobre os vila-realenses em termos de IMI, de derrama, e de todas as taxas a subirem e referiu estar curiosa de como, neste processo, a Câmara Municipal arranhou mais receitas ou financiamentos. Quanto aos bancos, os créditos iriam ser todos revistos e, como se sabia, a Câmara não estava numa posição em que pudesse renegociar para melhor, embora tivesse o suporte do FAM. -----

O deputado **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse que o deputado **Ricardo José Madeira Cipriano** tinha referido a Empresa Municipal de Tavira, mas esta empresa era semiprivada. Quanto aos comentários do deputado **Rui João Gutierres Setúbal** sobre as maiorias na Câmara e na Assembleia, referiu ter tido sempre respeito pela oposição. -----

Concluídas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à **Presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às questões levantadas.-----

A **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que grande parte dos deputados municipais já estavam esclarecidos do que era a dissolução, porque já tinham sido tecidas várias considerações e que eram certas, e que ali o Executivo teria duas opções, tal como ali

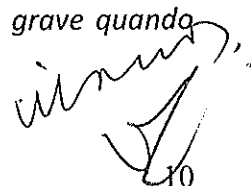


já tinha sido dito, ou a dissolução ou a insolvência, e que o Executivo sempre teve a dissolução como uma opção, sendo que assim as pessoas teriam os postos de trabalho. Quanto ao aumento dos postos de trabalho na SGU a que a deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** aludira, havia duas questões, havia prestações de serviço que, de acordo com a regularização dos pré-vap, acabaram de entrar para dentro do quadro, por outro lado, tinham passado de cento e cinquenta e quatro para cento e quarenta e cinco, como se tinha referido, e agora para noventa e quatro, porque tinha havido rescisões amigáveis, para as pessoas passarem para a concessionária. Afirmou que, tendo pertencido aos anteriores executivos, lhe custava o encerramento da SGU, mas recordava que tal se fazia mantendo os postos de trabalho. Mais explicou que as pessoas, até ao dia trinta e um de dezembro, permaneceriam nas suas funções, na SGU, e no dia um de janeiro passariam para a Câmara Municipal. Posteriormente, e se o plano de dissolução for aprovado, haverá um ano para abrir os concursos e fazer os contratos para que as pessoas ingressem na Câmara Municipal, e era óbvio que se tinha de contemplar, no orçamento para dois mil e vinte, todas as pessoas que vão entrar para o quadro, bem como os valores, porque vão ser equiparados e vão manter-se nas carreiras que existem na Câmara e na Função Pública. Estas pessoas não poderiam estar a oscilar entre outras carreiras que não existam e vão ter os mesmos direitos que os da Câmara Municipal. Isto terá de obedecer a uma reestruturação, a um organograma, e aproveitar-se-ia, assim, e reorganizar-se-ia toda a estrutura da Câmara Municipal. Concluiu afirmando que, como vereadora e vice-presidente dos anteriores executivos, tinha votado para que a SGU existisse e agora como Presidente, e face às circunstâncias, o caminho tinha de ser este e trazia ali para a Assembleia e para ser votada a dissolução da Empresa Municipal, e sempre mantendo os noventa e quatro postos de trabalho que ali existiam, que são as pessoas que estão no quadro, e era por isso que se ia bater.-----

Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da bancada do **PS** e a abstenção da bancada da **CDU**. -----

A bancada da **CDU** leu e entregou uma declaração de voto que consta como anexo desta ata.-----

A bancada do **PS** leu uma declaração de voto: *"A bancada do PS não poderia nesta votação sequer abster-se porque o documento que foi presente à votação não tem qualquer avaliação do impacto económico e financeiro no município, situação que é tanto mais grave quando*



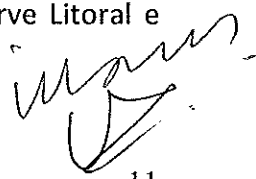
*hoje se admitiu aqui a existência de estudos sobre a viabilidade da Empresa Municipal, logo tinham conhecimento de dados relevantes que nós não temos, e, por isso, terminamos com um requerimento para que nos seja facultada cópia dos estudos sobre a viabilidade da SGU que hoje aqui foram revelados que existem”.*-----

No período de intervenção do público, a munícipe **Maria Valdívia Canuto** afirmou ter vindo falar sobre o estacionamento gratuito na N125, mais concretamente na rotunda de Monte Gordo. Referiu que a sinalética era ambígua e equívoca, o que levava a que muitos veículos estacionassem abusivamente num terreno que era pertença da sua família e afirmou não ter dado autorização para esse estacionamento, tendo solicitado que a sinalética fosse colocada de forma precisa e clara de modo a evitar equívocos. Referiu-se também à colocação de uns outdoors na referida rotunda, afirmando que as bases estavam construídas ilegalmente no terreno da sua família e que conseguia provar tal situação com documentos em seu poder, anteriormente apresentados na Câmara Municipal. A finalizar aleou que lhes tinham sido subtraídos vinte e dois metros quadrados da sua propriedade, tinha sido destruída uma vedação existente e que estava a ser ocupado o espaço aéreo da sua propriedade.-----

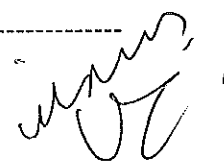
O munícipe **João Ribeiro** disse ser importante a atenção que se estava a dar aos trabalhadores da SGU e à sua internalização. Afirmou haver uma questão concreta relativa ao problema da dívida e perguntou se no site da Câmara estava publicado o valor efetivo das taxas camarárias. Perguntou ainda à Presidente da Câmara Municipal se iria incluir no Plano de Apoio Municipal uma redução dessas taxas e dos impostos, no sentido de promover investimento privado.-----

O munícipe **João Salas** disse que pretendia obter o esclarecimento sobre dois pontos: o primeiro referente ao valor da dívida à empresa Mota Engil e se o mesmo seria de trezentos milhões; o segundo dizia respeito ao que ouvira sobre números e mapas que não eram distribuídos e que se dissera que somente um por cento é que era capaz de os entender, então perguntava se os números e mapas não tinham sido distribuídos só porque as pessoas não eram capazes de os entender.-----

O munícipe **Hugo Pena** anunciou que faria duas intervenções, uma como membro do Movimento Cidadania dos Utentes da Estrada N125 Sotavento, e a outra a título pessoal. Como membro do movimento referiu que, como era do conhecimento público, o Tribunal de Contas tinha apresentado a notícia da rejeição da renegociação do contrato de subconcessão da EN125 na sua requalificação com o promotor Rotas do Algarve Litoral e

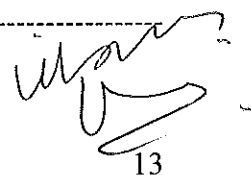


tinha sido dito pelo Presidente da AMAL que as autarquias do Algarve iam pedir ao Estado o resgate dessa mesma obra. Assim, perguntou à Presidente da Câmara Municipal se já tinha sido efetuada alguma reunião nesse sentido, e em caso afirmativo gostaria de saber o que foi dito. No caso da não realização da reunião, afirmou que se tratava de uma situação quase do engano porque o Presidente da AMAL tinha dito que ia pedir isso, e disse que os algarvios tinham vindo a sofrer muito com as atitudes deste Governo, dos sucessivos Governos até aqui. Afirmou que os algarvios contribuíam com quatro e meio a cinco por cento para o PIB nacional, num valor aproximado de oito mil milhões de euros, e que no Plano Nacional de Investimentos, que estava orçamentado em vinte mil milhões de euros, o valor de investimento previsto para o Algarve seria de zero vírgula cinco por cento. Os valores apresentados explanavam o desrespeito e a indiferença que os Estados têm tido para com o Algarve e para com os algarvios. A título pessoal, aludiu que o Código de Estrada refere que é proibido parar a menos de cinco metros para ambos os lados das interceções dentro das localidades, e afirmou que os lugares concessionados estão sinalizados no chão dentro desses limites. Afirmou que, para além de ser uma ilegalidade, está-se a colocar em causa a segurança, tendo em conta a falta de visibilidade que a situação acarreta. De seguida perguntou à Presidente da Câmara Municipal se tinha alertado a ESSE para a questão anterior, tendo em conta que já a tinha apresentado noutra Assembleia. Frisou ainda que, a título pessoal também, tinha colocado duas questões de sinalética que tinham sido resolvidas de imediato. Alertou para o facto de na EN125, na Aldeia Nova, no sentido Vila Real de Santo António – Tavira, não haver placa que definisse “fim de localidade”, fazendo com que o limite de velocidade se expandisse até Altura e que, no sentido oposto, havia uma situação mais caricata, que era a da não existência de uma placa com a referência à localidade da Aldeia Nova, havendo um sinal de limite de velocidade, de cinquenta quilómetros por hora, logo a seguir à bomba de BP, havendo assim um limite de noventa quilómetros por hora num sentido e de cinquenta quilómetros por hora no sentido oposto. -- A munícipe **Ana Paula** referiu ter duas questões a apresentar, uma à Presidente da Câmara, perguntando se existe um estudo que admitia a viabilidade financeira da SGU e outra ao Presidente da Assembleia Municipal, perguntando qual é a função da Assembleia Municipal, afirmando achar que competia aos deputados aprovar ou reprovar contas, orçamentos e aprovar as medidas que eram apresentadas pelo Executivo, estranhando então o facto das contas que tinham sido apresentadas à Assembleia Municipal, e que tinham sido aprovadas, afinal estarem erradas, havendo deputados que não sabiam analisar contas.-----



A **Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo-se ao munícipe João Ribeiro, disse que a tabela de taxas estava no site e estava a decorrer a preparação de um novo regulamento de taxas. Explicou que, devido à intervenção que decorria, não se podia descer o IMI, e esperava que ao longo dos anos se pudesse vir a descer os valores que, por lei, tinham de estar no máximo. Ao munícipe João Salas respondeu que a dívida à Mota Engil rondava os trezentos mil euros, por uma obra realizada, e não trezentos milhões como se aventara; acrescentou que os mapas contabilísticos eram distribuídos aos deputados municipais e que, devido às suas características técnicas, podiam não ser de fácil leitura para quem não tinha formação específica na área, mas isso não significava que os Vereadores e os Deputados não tivessem acesso à documentação, e sobre a preparação técnica para a leitura dos documentos poderia suceder algo de semelhante noutras áreas que requeriam uma formação muito específica, mas onde haveria sempre técnicos que pudessem explicar e dar o seu apoio. Ao munícipe Hugo Pena comunicou que não tinha havido qualquer reunião da AMAL sobre o assunto que referira e lembrou que sempre apoiara e acompanhara o Movimento Cidadania dos Utentes da Estrada N125 Sotavento, mesmo na sua ida à Assembleia da República. Informou que estabelecera contatos com o Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim para se concertar o que poderia ser feito relativamente à EN125, em que tinham sido feitas algumas melhorias, mas não as que eram necessárias e as que tinham sido prometidas. Ajuntou que não tinha sido feito nada relativamente aos cinco metros de proibição de estacionamento junto dos cruzamentos e que iria novamente abordar essa questão junto da ESSE. Quanto à sinalética na Aldeia Nova, disse que procuraria analisar o que se poderia fazer. À munícipe Ana Paula respondeu que os estudos feitos após a cedência da concessão das águas procuravam perceber como se poderia manter a SGU sem esse serviço, mantendo os seus funcionários. À munícipe Maria Valdívila Canuto disse que os terrenos a que aludira na questão do estacionamento na rotunda de Monte Gordo eram ambos privados e deveriam ter vedação levantada pelos proprietários. Por si, a vedação impediria a entrada dos carros em espaço privado. Contudo, no presente ano, como o outro proprietário em causa permite que lá sejam deixados os carros, a Câmara vai estar mais atenta e quanto ao espaço aéreo que se dizia que estava a ser ocupado, iria ver como é que se podia resolver a situação e chegar a uma solução de entendimento. -----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que se procedesse à leitura da Ata desta sessão da Assembleia Municipal, sob a forma de minuta, tendo a mesma sido votada e aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

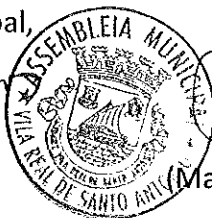


Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

*José Carlos Barros*

(José Carlos Barros)



O Primeiro Secretário,

*Maria Alexandra Martins do Livramento*

(Maria Alexandra Martins do Livramento)



## DECLARAÇÃO DE VOTO

sobre a dissolução com entrada em liquidação e internalização da VRSA, SGU – Sociedade de Gestão Urbana, EM, S.A., e Aprovação do plano de internalização das atividades no Município

Propõe a maioria PSD, na Câmara Municipal, que a SGU seja extinta porque, nos últimos três anos, teve prejuízos. Porém, para que a SGU tivesse registado prejuízos nos últimos três anos, foi necessário destapar prejuízos que era bem claro que existiam, no ano de 2016.

O PSD na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, quando da apreciação das contas desse ano, não teve em atenção as advertências que a CDU apontou sobre a transferência que foi efetuada pela Câmara Municipal, relativa a esse ano de 2016, com a desculpa de esta servir para cobertura de serviços prestados no Complexo Desportivo Municipal. Não fora essa transferência e esse teria sido o segundo ano, consecutivo, de prejuízos apresentado pela SGU. E com o resultado negativo de 2017 a empresa teria sido obrigada a fechar portas no início de 2018. Poucos meses após as eleições autárquicas.

O PSD bem o sabia, era gato escondido com um grande rabo de fora.

Com a autoridade de ser a única força política que sempre se bateu contra a existência da SGU, denunciando os seus impactos negativos e propondo em sucessivos actos eleitorais a sua extinção, a CDU regista o facto de, 12 anos depois da sua criação (2007) e, perante o desastre económico em que a mesma se transformou, a maioria PSD na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António se veja forçada agora a propor a extinção desta empresa municipal e a integração dos seus serviços na Câmara Municipal.

Esta é mais uma prova de que a vida deu e dá razão à CDU.

Ao longo de 12 anos, a SGU foi um instrumento da política de desastre e de negociatas promovida pela maioria PSD na Câmara Municipal. Foram centenas de milhões de euros que, por via da SGU, fugiram ao escrutínio e controlo democrático dos órgãos municipais, foram centenas de contratos que foram celebrados sem que a população tivesse qualquer conhecimento sobre o seu conteúdo, foi a utilização da SGU como instrumento para dar guarida a situações menos claras de compadrio e





amiguismo, foi a realização de negócios ruinosos para o município e que se traduziram numa situação insustentável quer no plano financeiro, quer no plano legal e há muito no plano político.

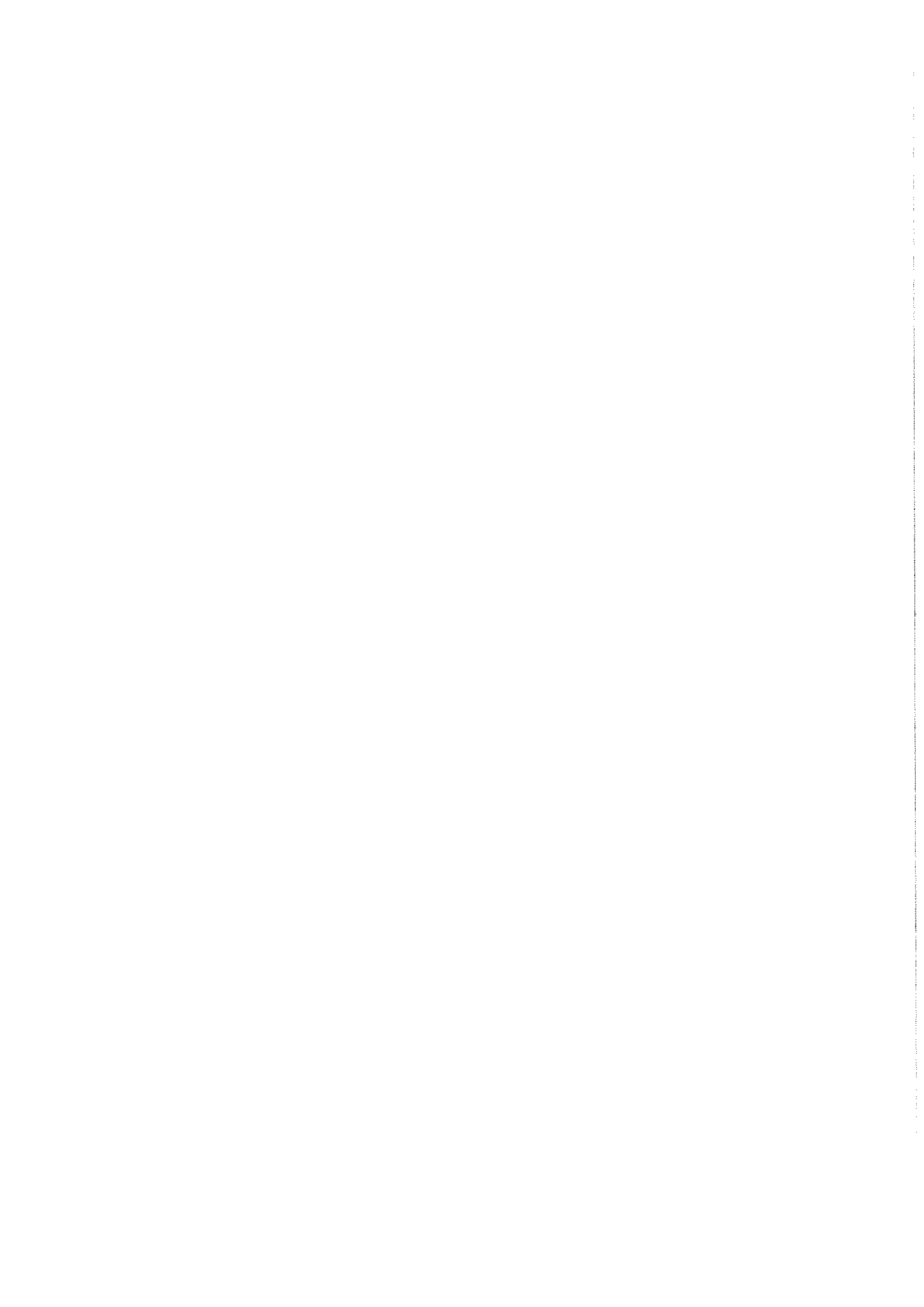
A degradação dos serviços prestados às populações, a ausência de investimento, a subida das taxas e tarifas e uma dívida monstruosa (talvez superior a 70 milhões de euros) são a marca da gestão PSD na SGU.

A maioria PSD vem agora propor a extinção da SGU e a sua integração na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Uma decisão tomada, não por convicção, mas por obrigação legal, tal é o descalabro para onde encaminhou a autarquia. Uma decisão a mata cavalos, feita sem convicção ou qualquer debate nos órgãos autárquicos e sem a necessária ponderação ou esclarecimentos sobre o conjunto de problemas que possa suscitar.

Quando a Câmara Municipal apresentou, já este ano, a proposta de revisão de contas dos anos de 2016, 2017 e 2018 estava simplesmente a fazer tiro ao alvo, pois já bem sabia o que ia encontrar, onde e como. Assim, fez aprovar na câmara municipal uma revisão àquelas contas e não a auditoria que há muito era solicitada pela CDU e restante oposição, a todas as contas da Câmara Municipal e da SGU. Limitou-se a fazê-la com os seus quadros internos e com os políticos ligados à maioria, articulando-a com as deliberações para liquidar a SGU, da qual a mais caricata é a realização de uma reunião do Conselho de Administração da SGU, logo seguida por outra reunião da Assembleia Geral da SGU, no mesmo dia e sem que tenha decorrido o prazo legal de uma convocatória. Até pode ser legal, o que duvidamos, mas, se o é, não respeita os princípios da ética das sociedades e, muito pior, os princípios do diálogo democrático relativo ao funcionamento desta Câmara Municipal, desta vez a propósito da extinção, sem qualquer debate.

Os termos da própria decisão oferecem grandes dúvidas que convinha esclarecer, já que, devido à natureza das competências que estavam, a nosso ver, ilegalmente concentradas na empresa, o regresso dessas competências à esfera de ação do executivo municipal não pode nem deve obedecer à mesma lógica de organograma com que eram exercidas, na SGU. Devem regressar às competências exercidas pela presidente da Câmara, umas; às competências delegadas pela Câmara Municipal no presidente, outras; às competências que são exclusivas da Câmara Municipal, ainda outras; com a necessidade de novas deliberações necessárias nesta matéria.

*uigues.*  
2/4



Também falta esclarecer quais as consequências jurídicas relativas às concessões de serviços que foram estabelecidas no âmbito da SGU, rendas, património, hipotecas, bem como o alcance das re-classificações do pessoal a internalizar.

Nós, CDU, neste processo:

- vamos batermos para que os direitos dos trabalhadores da SGU sejam respeitados, ouvindo as suas organizações representativas, garantindo que não se verifica perda de direitos;
- vamos apelar à luta dos trabalhadores da SGU na defesa dos seus direitos e à intervenção vigilante e atenta por parte da população em torno deste processo;
- vamos exigir que seja clarificada qual a origem e impacto da dívida monstruosa que passará da SGU para a Câmara Municipal, esclarecimentos que até ao momento a maioria PSD continua a não dar;

Estamos preocupados com o destino do património atual da SGU, que é património de toda a população de VRSA e que, face à dimensão da dívida, não estão reunidas as garantias da sua preservação em mãos públicas.

Consideramos positivo que se coloque um ponto final nesta megaestrutura e se passe à clarificação dos múltiplos aspetos da gestão da autarquia, reconhecendo que a extinção e a internalização são caminhos inevitáveis e desejados, mas que devem ser percorridos com a devida cautela e passos dados em tempo certo.

Deixamos o alerta para o facto da própria extinção da SGU, realizada desta forma atabalhoada e por imperativo da lei:

- agravar o estado das contas com novos empréstimos de dezenas de milhões de euros;
- agravar o tempo de intervenção do PAM, através do PAEL e do FAM;
- aumentar substancialmente o valor das amortizações e do serviço da dívida;
- afetar gravemente a capacidade de investimento e conservação do património do município;
- e, muito pior, manter em níveis máximos a cobrança de taxas e de tarifas municipais.

Por todo o exposto, Não votamos favoravelmente, porque este é um processo que consideramos demasiado leviano, nos termos em que é apresentado, tanto mais quando se sabe que as contas e processos judiciais em curso, a serem resolvidos contra os interesses do município vão agravar subs-





tancialmente as contas em transição. Mas também, não votamos contra porque valorizamos o regresso das competências para a autarquia e a internalização dos funcionários e por isso a nossa posição vai ser de abstenção.

Finalizamos com a afirmação que é tempo de dizer basta a estes 14 anos de política do PSD que está a destruir o nosso concelho. É tempo de dar lugar a uma política alternativa, de trabalho sério, honesto e competente que tanta falta faz a Vila Real de Santo António e que só a CDU está em condições de o fazer!

Vila Real de Santo António, 1 de julho de 2019

O Vereador da CDU,  
Álvaro Madeira Leal

Winn.  
4/4

